



RESPOSTAS AO PARLAMENTO EUROPEU
QUESTIONÁRIO DESTINADO À COMISSÁRIA INDIGITADA
Cecilia MALMSTRÖM
Comércio

1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Consagrei os últimos 25 anos da minha vida profissional aos assuntos europeus. Antes de exercer funções como Comissária Europeia responsável pelos Assuntos Internos, fui deputada do Parlamento Europeu durante sete anos e Ministra para os Assuntos Europeus na Suécia durante três anos e meio.

Em grande medida, a motivação subjacente a todo o meu trabalho é fruto das experiências na minha juventude. Cresci em França e, desde criança, tive a oportunidade de fazer amigos originários de toda a Europa. Compreendi muito cedo que muitos dos meus amigos da escola tinham um passado diferente do meu, com os seus avós e outros familiares sepultados sob uma das cruces brancas dos cemitérios que visitei com os meus pais na Normandia ou na Alsácia. Penso que foi durante esses anos que tomei consciência de que nem todos os países europeus tiveram uma história moderna tão pacífica quanto a da Suécia. Também passei alguns anos em Barcelona e na Catalunha no final dos anos oitenta, o que me permitiu descobrir os horrores do regime franquista e a importância da integração da Espanha na Comunidade Europeia. Estas diferentes experiências contribuíram para formar o meu empenho profundo na integração europeia.

Comecei a minha carreira na universidade, onde fiz investigação no domínio das políticas europeias e fui docente no quadro do programa de estudos europeus na Universidade de Gotemburgo, tendo a minha tese de doutoramento em ciências políticas incidido sobre as políticas europeias. Fui igualmente uma das figuras públicas que participaram na campanha pelo «sim» aquando do referendo organizado na Suécia em 1994 sobre a adesão à União Europeia.

Na minha qualidade de deputada do Parlamento Europeu, entre 1999 e 2006, concentrei-me especialmente em matérias relacionadas com os assuntos externos, os direitos humanos e o alargamento da UE, bem como em questões constitucionais. Exerci ainda funções na Comissão IMCO durante dois anos. Na qualidade de Ministra para os Assuntos Europeus na Suécia, fui incumbida essencialmente da preparação e coordenação da presidência sueca da UE, em 2009, embora outros dossiês horizontais tenham feito igualmente parte das minhas atribuições. Adotei como prioridade o diálogo com os cidadãos, a sociedade civil e os conselheiros locais, tendo como objetivo estimular o debate sobre questões europeias.

Enquanto Comissária responsável pelos assuntos internos, dediquei estes últimos cinco anos à salvaguarda do espírito de abertura e da segurança na Europa. Para o efeito, procedi, entre outros aspetos, à criação de um Sistema Europeu Comum de Asilo, baseado na solidariedade e no respeito dos direitos fundamentais. No domínio da segurança, intensifiquei a luta contra o crime organizado, designadamente o tráfico de seres humanos, e a cibercriminalidade, bem como o combate à corrupção, e procurei que a Europa envidasse mais esforços conjuntos para prevenir o terrorismo.

É minha firme convicção de que só uma Europa forte pode responder às expectativas dos cidadãos ao encontrar soluções para fazer face aos desafios comuns e para construir um sólido futuro comum. Se vier a ser confirmada como membro da Comissão Europeia, será um privilégio poder obter resultados concretos no domínio do comércio, em cooperação com os meus colegas da Comissão, o Parlamento Europeu, o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) e os Estados-Membros.

Enquanto desempenhei as funções de Comissária Europeia, e, antes disso, de Ministra do Governo sueco e deputada do Parlamento Europeu, as medidas a nível financeiro e de organização que adotei foram objeto de uma avaliação rigorosa. Estou inteiramente ciente das exigências que pesam sobre os membros da Comissão, tendo completado a Declaração de Interesses. Estou igualmente ciente, em total acordo e determinada a cumprir integralmente as obrigações em matéria de ética, de independência e de integridade previstas no Tratado. Tudo farei para evitar qualquer cargo ou situação suscetível de pôr em causa a minha integridade e independência como membro da Comissão. Durante o meu mandato, respeitarei na íntegra as obrigações constantes do Código de Conduta dos Comissários.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços?

Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Se vier a ser confirmada como membro da Comissão Europeia, o meu papel como Comissária responsável pelo comércio consistirá em assumir inteira responsabilidade pelas minhas atividades, propostas e iniciativas, sem prejuízo do princípio da colegialidade. Embora a minha prioridade seja o meu próprio pelouro, considero igualmente necessário acompanhar de perto a atividade de todo o Colégio.

Acolho com agrado a intenção louvável do Presidente eleito Jean-Claude Juncker de esbater as demarcações entre os diferentes domínios de intervenção da Comissão. Enquanto Comissária responsável pelos assuntos internos, desenvolvi projetos destinados a reforçar a cooperação entre os vários serviços da Comissão. Iniciativas como a Estratégia de Segurança Interna e a Estratégia da UE para a Cibersegurança permitiram congregar diversas DG da Comissão e o SEAE. No desempenho das minhas novas funções, espero poder continuar a desenvolver esta abordagem, em estreita colaboração com a Alta Representante/Vice-Presidente Federica Mogherini e o Vice-Presidente indigitado Jyrki Katainen. A pasta do comércio requer uma estreita colaboração entre domínios de intervenção, a fim de obter os melhores resultados.

Na pendência da confirmação, reitero o meu empenho numa cooperação regular, frutuosa e construtiva não só com a Comissão do Comércio Internacional (INTA) em especial, mas também com o Parlamento Europeu em geral. Estou bem consciente de que a minha presença será necessária tanto na Comissão referida como na sessão plenária. Tendo sido Comissária durante perto de cinco anos e deputada europeia durante sete anos, mantenho uma ampla rede de contactos no Parlamento Europeu e tenho um bom conhecimento das atividades que desenvolve. Acredito também ter um conhecimento profundo das suas necessidades específicas. Na qualidade de Comissária e de dirigente, procurarei assegurar uma cooperação baseada na transparência entre o meu Gabinete e a Direção-Geral, bem como com os outros colegas e as suas respetivas direções-gerais e pessoal.

O controlo democrático da política comercial é uma necessidade imperiosa. Há que garantir ao Parlamento Europeu e ao Conselho acesso a todas as informações pertinentes e, em simultâneo, velar por que a Comissão, o Parlamento e os Estados-Membros exerçam os seus respetivos papéis neste domínio. O Acordo-Quadro estabelece uma boa base em termos de transparência e informação entre a Comissão e o Parlamento Europeu. Estou disposta a discutir com a Comissão INTA de que modo se poderá melhorar a transparência e o acesso; ver também a minha resposta à pergunta n.º 3.

De uma forma geral, as eleições europeias do corrente ano demonstraram uma vez mais a necessidade urgente de envolver os cidadãos na definição das políticas europeias. A transparência é um aspeto fundamental para conquistar a confiança e a legitimidade. No exercício das minhas funções como Comissária responsável pelas questões de migração e segurança, os contactos regulares e abrangentes com a sociedade civil constituíram uma componente indispensável do meu trabalho. Tanto na qualidade de deputada europeia como de ministra, empenhei-me no diálogo com o público, em especial com os estudantes, as organizações não governamentais, os representantes das organizações sindicais e as empresas. Tenciono continuar a trabalhar desta maneira, sobretudo tendo em conta que o comércio é um domínio em que a Comissão deve garantir que as preocupações dos grupos de interesse tanto dos parceiros sociais como da sociedade civil são devidamente abordadas.

É o que acontece em particular com as negociações em curso com os Estados Unidos. Em conformidade com o compromisso assumido pelo Presidente eleito Jean-Claude Juncker nas suas orientações políticas - que passo a citar -, «a Comissão negociará um acordo comercial razoável e equilibrado com os Estados Unidos da América num espírito de transparência e de procura de vantagens mútuas e recíprocas.» Tal como salientou, «as normas europeias de segurança, de

saúde, as normas sociais, as normas de proteção de dados ou a nossa diversidade cultural [não serão sacrificadas] no altar do comércio livre». O Presidente deixou bem claro que não aceitará «que a jurisdição dos tribunais dos Estados-Membros da UE seja limitada por regimes especiais aplicáveis aos litígios entre investidores. O Estado de direito e o princípio da igualdade perante a lei devem ser aplicáveis igualmente neste contexto.» Partilho na íntegra a abordagem defendida pelo Presidente eleito e envidarei esforços neste sentido nas negociações em curso, no âmbito das quais se discute agora esta matéria. A questão terá de ser tratada.

Quando exerci funções na Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu, fui uma das principais intervenientes no Regulamento n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos. Enquanto Comissária, comprometi-me a divulgar ao público grande parte da minha correspondência no sítio Web da Comissão. Na sua carta de missão, o Presidente eleito Juncker declarou: «Espero que todos nós divulguemos ao público, nas nossas respetivas páginas Web, todos os contactos e reuniões que realizarmos com associações profissionais e trabalhadores independentes sobre quaisquer questões relacionadas com a elaboração e execução das políticas da UE». Tenciono continuar esta prática no exercício das minhas novas funções. A transparência, a reforma administrativa e a boa governação constituem valores e matérias que tenho defendido durante toda a minha vida política e estou convicta de que a transparência conduz a uma maior eficácia e responsabilização.

No que diz respeito ao acompanhamento das posições e solicitações do Parlamento Europeu, irei aplicar as disposições do Acordo-Quadro e, nos domínios da minha competência, velarei por que a Comissão dê uma resposta às resoluções ou solicitações do Parlamento apresentadas com base no artigo 225.º do TFUE, no prazo de 3 meses a contar da data da sua adoção. Neste contexto, apoio incondicionalmente o compromisso assumido pelo Presidente eleito de que a futura Comissão prestará particular atenção aos relatórios de iniciativa legislativa.

Ao incentivar o debate sobre questões que preocupam os cidadãos, ao divulgar a ação dos decisores políticos em Bruxelas e ao demonstrar como os temas da agenda da UE beneficiam diretamente os cidadãos, podemos contribuir para que a Europa faça cada vez mais parte do debate nacional nos Estados-Membros. Esta questão assume especial importância no domínio do comércio, em que surgiram preocupações, muitas vezes suscitadas pela incompreensão dos objetivos políticos, às quais urge dar uma resposta.

Esta abordagem é, na minha opinião, a única forma de reforçar a legitimidade da União. Se vier a ser confirmada como membro da Comissão Europeia, continuarei a envidar esforços para que as propostas e decisões da UE sejam de mais fácil utilização. Prosseguirei igualmente o diálogo com o público em geral e a sociedade civil na Europa.

Perguntas da Comissão do Comércio Internacional

3. Aspetos interinstitucionais incluindo o acesso a documentos de negociação

a) Acesso à informação

De que forma se compromete formalmente a manter a Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu (comissão INTA) plenamente informada em todos os momentos, e em especial quando solicitado pela comissão INTA, sobre os aspetos gerais da política comercial da UE, tais como o ponto de situação de cada negociação de comércio e investimento em que a UE participe, as atividades da OMC, as conferências ministeriais da OMC e os processos anti-dumping e antissubvenções?

Compromete-se formalmente a permitir que todos os membros da Comissão INTA consultem o conjunto dos documentos de negociação recebidos pelo Conselho de acesso limitado e restrito, atendendo, em particular, ao acórdão do Tribunal de Justiça Europeu de 3 de julho de 2014 (processo C-350/12)?

Ao longo de toda a minha carreira política - como deputada, ministra e comissária, sempre acreditei com convicção na importância da transparência. Sou também apologista de que a política comercial deve necessariamente ser objeto de controlo democrático. Este princípio aplica-se a todos os aspetos da política comercial da UE, incluindo à nossa agenda ambiciosa de negociações multilaterais e bilaterais. Entendo que as práticas instituídas pelo meu antecessor, bem como pela DG Comércio, contribuíram para manter o Parlamento Europeu informado sobre a situação da política comercial. Permitiram que tanto a Comissão como o Parlamento pudessem desempenhar as respetivas funções no domínio do comércio e deram azo a melhores resultados políticos.

Se vier a ser confirmada, irei dar continuidade a essas práticas e basear-me nelas, se necessário, nos próximos anos.

Tenciono manter o Parlamento informado através da minha participação ativa e regular nos respetivos trabalhos, quer no âmbito da Comissão do Comércio Internacional, quer no plenário. Estou disposta a comparecer regularmente na INTA para dar conta das evoluções no domínio da política comercial. O mesmo se aplica aos altos funcionários dos meus serviços, que continuarão a comparecer regularmente, e sempre que necessário, na INTA ou a participar em contextos informais, designadamente, reuniões técnicas informais, reuniões especiais de informação ou grupos de acompanhamento.

No que diz respeito aos grupos de acompanhamento da INTA, entendo que a prática instituída para as negociações da TTIP, que consiste, designadamente, em informar o grupo de acompanhamento da TTIP antes e depois de cada ronda de negociações, se poderia alargar a um conjunto mais vasto de negociações comerciais.

Relativamente às Conferências Ministeriais da OMC, defendo que se deve manter a prática bem sucedida de, sempre que possível, integrar deputados do Parlamento Europeu na Delegação da UE nas reuniões ministeriais da Organização Mundial do Comércio.

Quanto à partilha de informação escrita com o Parlamento, a Comissão continuará a partilhar todos os documentos pertinentes no domínio da política comercial, entre os quais os documentos relativos às negociações, que são fornecidos ao Comité de Política Comercial do Conselho. No entanto, há que definir as modalidades exatas que garantam a confidencialidade dessa informação, nos casos em que for sensível e/ou confidencial. Desde que possamos partilhar as informações de divulgação restrita de forma adequada e contemos com medidas de apoio adequadas na eventualidade da divulgação injustificada dos documentos ou do respetivo conteúdo, procurarei assegurar que todos os membros da INTA possam consultar esses documentos. As modalidades exatas terão de ser objeto de uma análise mais aprofundada, que deverá igualmente ter em conta o Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão.

No domínio da defesa comercial, em que incumbe à Comissão um papel executivo específico, estou disposta a manter o Parlamento plenamente informado sobre as evoluções neste domínio. Não obstante, a partilha de informações pormenorizadas respeitantes a inquéritos específicos

deve ter em conta as nossas diferentes funções e o facto de que, a nível internacional e da UE, a realização dos inquéritos relativos aos instrumentos de defesa comercial (IDC) e a aplicação das medidas de defesa comercial estão sujeitas a regras rigorosas, em especial no que diz respeito à confidencialidade das informações e à proteção dos direitos das partes envolvidas.

b) Aplicação provisória

Compromete-se formalmente a não solicitar a aplicação provisória dos acordos comerciais, incluindo os capítulos sobre comércio dos acordos de associação, antes de o Parlamento Europeu dar a sua aprovação a esses acordos?

Nos últimos cinco anos, desenvolveu-se a prática de não aplicar provisoriamente acordos comerciais de importância política antes de o Parlamento Europeu ter tido a oportunidade de dar a sua aprovação. Assim sucedeu com o Acordo de Comércio Livre com a Coreia, o Acordo Comercial Multilateral com a Colômbia e o Peru e o Acordo de Associação UE-América Central.

Muito embora a decisão da aplicação provisória seja da competência do Conselho e não da Comissão, sou de opinião que esta prática se deve manter. Sempre que surgirem propostas de decisão de assinatura de acordos comerciais politicamente importantes em domínios que sejam da minha competência, estou disposta a solicitar ao Conselho que adie a aplicação provisória até que o Parlamento Europeu dê a sua aprovação. Todavia, há que fazer uso de uma certa flexibilidade ao aplicar esta prática, porque haverá sempre ocasiões em que a urgência de um determinado processo, ou as suas características técnicas, tornarão injustificado o adiamento da sua aplicação na pendência da aprovação do PE. Foi este o caso com a aplicação provisória dos Acordos de Associação com a Geórgia e a Moldávia, por um lado, e com medidas de natureza extraordinariamente técnica, como a adaptação dos nossos acordos internacionais em virtude da adesão da Croácia à UE.

De qualquer forma, nestes casos, comprometo-me a informar o Presidente da Comissão INTA e a solicitar o seu parecer sobre a linha de ação proposta.

c) Projeto de mandato provisório

Como tenciona associar plenamente o Parlamento Europeu ao trabalho preparatório que antecede a adoção de um projeto de mandato provisório para negociações de comércio e investimento com países terceiros?

No Acordo-Quadro entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, a Comissão comprometeu-se a manter o Parlamento imediata e plenamente informado em todas as fases da negociação e da celebração de acordos internacionais, incluindo da intenção da Comissão de encetar negociações, bem como da definição de diretrizes de negociação. Manifesto a minha disponibilidade para renovar esse compromisso e velarei por que o Parlamento seja informado oportunamente sempre que a Comissão pondere encetar novas negociações.

Em todo o caso, atendendo aos contactos intensos que prevejo vir a ter com o Parlamento, é pouco provável que haja surpresas, uma vez que o manterei informado logo a partir das fases iniciais do processo preparatório de novas negociações, ou seja, os exercícios de delimitação do âmbito e as avaliações de impacto. Os documentos relativos a esses processos serão partilhados com o Parlamento e o Conselho nos moldes habituais. O Parlamento poderá assim pronunciar-se em tempo útil antes do início das negociações, permitindo, assim, que tanto a Comissão como o Conselho tenham devidamente em conta o seu parecer.

Como é óbvio, a Comissão continuará também a facultar ao Parlamento todas as recomendações que apresentar ao Conselho no sentido de a autorizar a encetar negociações, bem como os projetos de diretrizes de negociação apensos a essas recomendações. A Comissão INTA terá, assim, oportunidade de formular as suas observações, quer por escrito, quer numa sessão à porta fechada com a Comissão. Instarei igualmente o Conselho a comunicar ao Parlamento todas as diretrizes de negociação que aprove quando autorizar a abertura de negociações comerciais e/ou de investimento.

4. Coerência de políticas

Do seu ponto de vista e tendo em conta as suas responsabilidades, que pretende fazer para assegurar a coerência das políticas comerciais com outras políticas externas, nomeadamente em relação aos aspetos de condicionalidade e execução? Neste contexto, que estratégia propõe para relançar o multilateralismo no comércio internacional?

Na carta de missão que me enviou, o Presidente eleito Juncker insiste na necessidade de a Comissão trabalhar em equipa, cooperando entre pelouros para criar políticas integradas que permitam obter resultados concretos. Há que considerar esta insistência em paralelo com os Tratados, que estipulam que a ação externa da União deve assentar nos princípios que presidiram à sua criação.

Estou bem consciente e, pessoalmente, comungo dos direitos e princípios consagrados nos Tratados.

Alguns deles aplicam-se diretamente à forma e ao teor da nossa política comercial, por exemplo: «promover um sistema internacional baseado numa cooperação multilateral reforçada»; «incentivar a integração de todos os países na economia mundial, inclusivamente através da eliminação progressiva dos obstáculos ao comércio internacional». No entanto, também os outros objetivos e princípios continuam a ser pertinentes: os valores europeus, a democracia e os direitos humanos, a paz e a estabilidade, a proteção do ambiente e a prestação de assistência às populações afetadas por catástrofes, tudo isto se deve refletir na nossa política comercial. No desempenho das minhas atuais funções como Comissária responsável pelos assuntos internos, tive a oportunidade de verificar que o comércio é um instrumento importante para melhorar as condições de vida e prevenir a migração irregular decorrente da pobreza.

Tanto as nossas políticas como os nossos acordos em vigor refletem já estas ligações e condicionalidades.

Ao abrigo do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) da UE, por exemplo, é possível revogar preferências em casos de violação grave e sistemática de direitos humanos e laborais fundamentais. Ao abrigo do regime SPG+, estão disponíveis preferências adicionais a título de incentivo para os países que assumirem compromissos e aplicarem determinadas convenções internacionais fundamentais em matéria de direitos humanos e laborais, proteção do ambiente e boa governação.

Atualmente, nos nossos acordos bilaterais, prestamos sempre especial atenção ao desenvolvimento sustentável, quer na fase de negociação, por meio de uma avaliação do impacto na sustentabilidade, quer no teor concreto dos mesmos, com capítulos rigorosos sobre comércio e desenvolvimento sustentável, em que garantimos que os nossos parceiros assumem compromissos vinculativos e passíveis de execução em matéria de respeito pela proteção do ambiente e das normas laborais. É minha intenção manter esta prática, acompanhar atentamente a aplicação destes capítulos pelos nossos parceiros comerciais e debater estas matérias nas minhas reuniões regulares com o Parlamento Europeu.

A Comissão em exercício demonstrou claramente capacidade para adotar uma resposta bem coordenada a fim de promover estes objetivos fundamentais da ação externa da União no domínio da política comercial, como se atesta por exemplo, pela abordagem coordenada para com os países do Sul do Mediterrâneo, o pacto de sustentabilidade com o Bangladesh ou a proposta de regulamento da Comissão sobre minerais de conflito.

Em consonância com os princípios orientadores do Presidente eleito Juncker, tenciono trabalhar em estreita colaboração com a AR/VP Federica Mogherini e os outros membros do Colégio para maximizar o contributo positivo da nossa política comercial em apoio das nossas prioridades globais e evitar quaisquer conflitos potenciais.

A dimensão multilateral continua a ser o alicerce das nossas relações comerciais, económicas e políticas. Pretendo que seja uma das minhas prioridades, como se expõe na resposta seguinte.

5. Prioridades e iniciativas legislativas

Quais são as prioridades fundamentais e as medidas políticas concretas – nomeadamente iniciativas legislativas – que pretende tomar a fim de garantir que o comércio gera crescimento e emprego, em conformidade com a agenda UE 2020? Como tenciona associar o Parlamento Europeu desde a fase preliminar ao processo de elaboração destas prioridades e medidas políticas?

Atendendo à necessidade de coerência política e à nossa capacidade de desenvolver políticas integradas a todos os níveis, neste momento de difícil conjuntura económica a nossa política comercial deve ter como prioridade tirar pleno partido do potencial das fontes externas de crescimento em prol da nossa agenda de emprego e crescimento, a fim de proporcionar emprego e crescimento sustentáveis aos cidadãos, PME e empresas europeus. No entanto, velarei também por que tal não se faça a expensas da nossa política comercial que contribui para o desenvolvimento a nível mundial, e em especial, dos países menos desenvolvidos (PMD).

Uma das prioridades consistirá em relançar e reforçar a dimensão multilateral - não só porque a UE assumiu um compromisso fundamental a favor da cooperação multilateral mas também devido aos benefícios daí decorrentes para os países em desenvolvimento. Após alguns indícios de esperança em Bali, somos de novo confrontados com uma situação difícil, dado que alguns membros da OMC estão a abandonar os compromissos que assumiram em Bali. Se vier a ser confirmada como membro da Comissão Europeia, continuarei a envidar esforços construtivos com vista a um acordo comercial multilateral que conclua com êxito a Agenda de Desenvolvimento de Doha (ADD) e nos permita abordar em conjunto novas matérias e novos desafios. Ao mesmo tempo, não devemos interpretar as dificuldades da ADD como um indício de que todo o sistema da OMC ruiu. O trabalho realizado regularmente pelos comités, o exame das políticas comerciais e a resolução de litígios continuam a ser uma vertente importante da governação económica e vão muito mais longe em termos de eficácia do que qualquer outra instituição multilateral. É óbvio que, por si só, a abordagem construtiva da UE não será suficiente para garantir um sistema multilateral robusto e eficiente - os outros países terão igualmente de cumprir a sua parte.

Outra prioridade será a conclusão das nossas negociações em curso. As negociações com os EUA e o Japão, devido ao volume de comércio já existente, têm designadamente potencial para impulsionar um crescimento significativo na economia da UE. Tanto neste como noutros acordos, velarei pela manutenção do elevado nível de proteção da saúde e da segurança, bem como de proteção social e de dados assegurado pela Europa, e ainda do nosso compromisso para com a diversidade cultural.

Embora sejam importantes, os acordos com os EUA e o Japão são apenas um aspeto da nossa atividade. Um dos principais desafios com que nos deparamos é o de saber como consolidar as nossas relações económicas com as grandes economias emergentes. É inegável que, por meio da política comercial, o crescimento económico destes países se poderá traduzir em crescimento europeu. Teremos de, caso a caso, divisar a forma de estruturar as nossas relações através de uma combinação de relações bilaterais, plurilaterais e multilaterais.

Não entendo os esforços que envidamos nos acordos bilaterais e plurilaterais em oposição ao sistema multilateral, mas sim como fases intermédias que nos poderão auxiliar a regressar gradualmente a Genebra. Sobretudo no que diz respeito às novas regras estabelecidas em domínios que não são ainda abrangidos pela OMC, é para mim evidente que estes acordos poderão vir a ser o nosso contributo para uma discussão a nível mundial sobre a futura governação económica multilateral.

Uma coisa é a negociação de um acordo. No entanto, temos também de garantir que produzirá resultados, ou seja, que as nossas empresas poderão tirar pleno partido das oportunidades criadas. Hoje em dia, estão em vigor, ou estão a ser aplicados a título provisório ou prestes a entrar em vigor, diversos Acordos de Comércio Livre (ACL). Por conseguinte, tenciono concentrar-me intensamente na aplicação dos nossos acordos comerciais. A estratégia de acesso aos mercados estabelece as bases de uma boa cooperação entre os operadores económicos, a Comissão, as delegações da UE, os Estados-Membros e respetivas embaixadas, a fim de congregiar esforços para abrir os mercados e garantir condições equitativas. Quero dar a este trabalho toda a atenção política que a sua importância económica exige.

Tenciono igualmente trabalhar com o Vice-Presidente indigitado Jyrki Katainen, a fim de utilizar a política comercial no quadro de uma sólida política de investimento direto estrangeiro. A Europa é já a principal fonte e o principal beneficiário de investimento direto estrangeiro no mundo; devemos continuar a ser o principal destino de investimento graças à nossa economia aberta, bem regulamentada e inovadora.

Irei igualmente trabalhar em estreita colaboração com a AR/VP Federica Mogherini e os Comissários indigitados Neven Mimica e Dimitris Avramopoulos, no sentido de reforçar a nossa parceria estratégica com África.

Em matéria de iniciativas legislativas, temos tido uma agenda carregada nestes últimos anos, porque foi necessário adaptar os nossos instrumentos de política comercial às novas realidades do Tratado de Lisboa. Terei como prioridade apoiar a ultimização de iniciativas legislativas pendentes. Quanto a novas iniciativas, a Comissão tenciona apresentar, no segundo semestre de 2015, propostas de revisão do regulamento relativo aos controlos da exportação de bens de dupla utilização. Nos próximos meses, poderão igualmente ser consideradas outras iniciativas, em consonância com as prioridades gerais da Comissão.

Tenciono manter o Parlamento Europeu plenamente informado em todas as fases de desenvolvimento e aplicação da política comercial e estabelecer um diálogo aberto e regular com os membros desta comissão.

Farei um balanço das nossas prioridades políticas globais à luz das anteriores comunicações políticas e terei em conta o vosso parecer na formulação de novas orientações.